

TRABALHOS DE PESQUISA

PARENTALIDADE E ADOÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E PRÁTICAS PARENTAIS

Karine Fonseca¹, Eduardo Lomando²

PARENTING AND ADOPTION: A COMPARATIVE STUDY OF SEXUAL ORIENTATION AND PARENTAL PRACTICES

PARENTALIDAD Y ADOPCIÓN: UN ESTUDIO COMPARATIVO DE ORIENTACIÓN SEXUAL Y PRÁCTICAS PARENTALES

Resumo: Pesquisas apontam para a homoparentalidade como configuração que não apresenta diferenças negativas em relação à criação dos filhos/as quando comparada às famílias heterossexuais. O objetivo deste estudo foi comparar os escores das práticas parentais entre homens gays/bissexuais, mulheres lésbicas/bissexuais e homens e mulheres heterossexuais que exercem a parentalidade por meio da adoção. Quatro grupos com estas configurações fizeram parte deste estudo, respondendo ao IPP (24 homens gays/bissexuais, 24 mulheres lésbicas/bissexuais, 17 homens heterossexuais e 65 mulheres heterossexuais). Os resultados demonstraram não haver diferença significativa entre as práticas parentais em nenhum dos quatro grupos, o que mais uma vez revela que a orientação sexual não se associa às práticas parentais. Entretanto, quando agrupados por gênero, o grupo de mulheres obteve média significativamente mais alta nos domínios disciplina e didático, demonstrando tanto uma ruptura quanto à manutenção das normas de gênero para mulheres e homens.

Palavras-chave: Homossexualidade. Adoção. Parentalidade. Relações familiares.

Abstract: Research indicate that same sex families are a configuration that show no negative differences in relation to child rearing when compared to heterosexual families. The goal of this study was to compare parental practices scores between gay/bisexual men, lesbian/bisexual women and heterosexual men and women that exercise parenting through adoption. Four groups (130 participants) with these configurations were part of this study and answered the IPP (25 gay/bisexual men, 24 lesbian/bisexual women, 17 heterosexual men and 65 heterosexual women). The results show no significant difference in parental practices in any of the four groups, validating once more that sexual orientation does not associate with parental practices. However, when rearranged by gender, the women's group showed significant higher scores in the discipline and educational domains, presenting both a break and a maintenance on gender norms for women and men.

Keywords: Homosexuality. Adoption. Parenting. Family relations.

Resumen: La investigación apunta a la homoparenting como una configuración que no presenta diferencias negativas en relación con la crianza de los niños en comparación con las familias heterossexuales. El objetivo de este estudio fue comparar las puntuaciones de las prácticas de crianza entre hombres homosexuales / bissexuales, mujeres lesbianas / bissexuales y hombres y mujeres heterossexuales que ejercen la crianza de los hijos mediante la adopción. Cuatro grupos con estas configuraciones formaron parte de este estudio, respondiendo al IPP (24 hombres gay / bissexuales, 24 mujeres lesbianas / bissexuales, 17 hombres heterossexuales y 65 mujeres heterossexuales). Los resultados mostraron que no había una diferencia significativa entre las prácticas parentales en ninguno de los cuatro grupos, lo que nuevamente revela que la orientación sexual no está asociada con las prácticas parentales. Sin embargo, cuando se agruparon por género, el grupo de mujeres obtuvo un promedio significativamente más alto en la disciplina y los dominios didácticos, lo que demuestra una ruptura y el mantenimiento de las normas de género para mujeres y hombres.

Palabras clave: Homossexualidad. Adopción. Parentalidad. Relaciones familiares.

¹ Psicóloga graduada pela Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Fadergs). E-mail: karineesf@hotmail.com

² Psicólogo, especialista em Psicoterapia Sistêmico-Cognitiva (Clip/Intcc), mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: eduardolomando@gmail.com

Introdução

Na contemporaneidade, a união de pessoas do mesmo sexo tem sido cada vez mais frequente e vem passando por diversas transformações. Avanços possibilitaram aos casais do mesmo sexo concretizar o desejo de ter filhos. Um dos meios para que se constitua esse novo arranjo familiar é a adoção. Entretanto, na literatura nacional, são escassos os estudos que envolvam a qualidade de práticas parentais por estes casais, principalmente no que se refere a estudos quantitativos.

A palavra “homossexualismo”, caracterizada na sua constituição etiológica como doença e crime, é removida da lista de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria em 1973. Nessa mesma época, também é declarado o fim da condenação da homossexualidade no Código Penal Brasileiro. Dezenove anos mais tarde, em 1992, a Organização Mundial de Saúde segue os mesmos passos (LOMANDO; WAGNER, 2009) e retira a homossexualidade da lista dos transtornos mentais. A orientação sexual de qualquer pessoa “independe de vontade ou opção, assim como a heterossexualidade, sendo uma extensão emocional/sentimental do ser humano” (SILVA JUNIOR, 2005, p. 125). Logo, conceitos como “opção sexual” perdem seu sentido. Como a orientação sexual não pode ser definida como uma prática estritamente sexual, pois excluiria quaisquer outros sentimentos que, supostamente, seriam única e somente dos relacionamentos heterossexuais (FOUCAULT, 1999 apud MADLENER; DINIS, 2007), novos termos como “homoafetivo”, siglas como “LGBTQI” (Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers e Intersexuais) e homoparentalidade ganham mais espaço tanto em pesquisas quanto em movimentos sociais. Nesse viés, há concordância quase unânime de que o termo orientação sexual deve ser empregado para caracterizar as manifestações da sexualidade, sendo a orientação sexual defendida como

uma atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade (BRASIL, 2004, p. 29).

Em um marco histórico concretizado pela Resolução 01/99, o Conselho Federal de Psicologia – CFP (1999) pronuncia-se e estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual. O CFP oficializa a posição da psicologia como ciência afirmando que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão da personalidade e postula que os psicólogos precisarão colaborar “para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas...”. Esta declaração

abre uma possibilidade importante para que a pesquisa em psicologia possa se debruçar e analisar a relação da homossexualidade com outras áreas de interesse, como a parentalidade.

Fundamentação teórica

Seguindo esse caminho de questionamento e de desconstrução dos conceitos patológico e criminal das homossexualidades, o direito brasileiro também se apropria da discussão da relação entre pessoas do mesmo sexo. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), corte suprema da federação brasileira, reconheceu, por unanimidade de votos, que casais compostos por homossexuais formam uma entidade familiar. Assim, possibilitou o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, com base no artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, que veda qualquer tipo de discriminação em virtude de sexo, raça e cor. Assim, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo está assegurado por decisão do STF. Posteriormente, foi elaborada a Resolução nº 175/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que obriga as serventias extrajudiciais a realizarem os atos preparatórios e a cerimônia de casamento. Em 2019, como forma de pressionar o Legislativo, o STF determinou que a discriminação por orientação sexual fosse equiparada ao crime de racismo. Apesar desses avanços, o caráter de lei é imperativo frente às decisões do Judiciário e ainda deixa os direitos LGBT numa posição instável.

Mesmo com essa possível instabilidade, a conjugalidade está, cada vez mais, nas representações sociais sobre diversidade sexual. O desejo ou estabelecimento de uma união conjugal pode estimular a vontade de ter filhos, podendo fazer com que os casais se expandam e passem a exercer uma nova inter-relação: a parentalidade.

A parentalidade é um termo relativamente recente e começou a ser utilizada na literatura psicanalítica francesa a partir da década de 1960 com o intuito de marcar a dimensão de processo e construção no exercício da relação entre pais e filhos. Por se tratar de um conceito complexo, a parentalidade já foi discutida a partir de diversas perspectivas. No sentido do ciclo vital, as atividades centrais do início da vida adulta podem assentar-se na aquisição e aprendizagem de papéis diretamente relacionados aos afetos, estando estes direcionados para projetos de conjugalidade e parentalidade. Além disso, a parentalidade é um dos elementos que surge quando são pensados os laços familiares que ligam os genitores/cuidadores e uma criança e que diz respeito ao exercício da função parental, ou seja, os cuidados básicos com alimentação, vestuário, educação e saúde, reproduzidos no cotidiano das famílias (BEE, 1997; ZAMBRANO, 2006; ZORNIG, 2010).

Benetti e Balbinotti (2003) exploraram os aspectos das práticas parentais no cotidiano da interação com os filhos; as autoras compreendem que o apoio emocional se refere especialmente à responsividade parental. Este estilo é caracterizado por comportamentos que indicam a capacidade dos pais em se preocuparem com o bem-estar da criança, mediante demonstrações de afeto, participação em atividades e oferecimento de suporte emocional e instrumental.

A fim de medir esses pressupostos para fins de pesquisa, as autoras desenvolveram um Inventário de Práticas Parentais (IPP) que busca medir as características das práticas educativas utilizadas por pais e mães no processo de socialização de crianças. Este instrumento avalia a parentalidade em cinco domínios: social, (exemplo: “participa de jogos e atividades com o filho”); educação (exemplo: “Eu ensino meu filho as matérias que ele não entende na escola”); disciplina (exemplo: “É muito difícil para mim fazer com que ele me obedeça”); afeto, (exemplo: “Eu abraço e beijo meu filho”); responsabilidade (exemplo: “Eu posso estar ocupada, mas meu filho sabe aonde me encontrar se precisar de algo”). O IPP já foi utilizado em estudos com pais separados (GRZYWBOWSKI; WAGNER, 2010), pais desempregados (SOUZA; BENETTI, 2008), famílias monoparentais e recasadas (LEME; MARTURANO, 2014), demonstrando-se estatisticamente eficiente.

Dessa forma, percebe-se que o conceito de práticas parentais disserta sobre a relação entre cuidadores (pais, mães, ou quem estiver neste papel) com seus filhos(as). Mas seria o mesmo independente da orientação sexual dos cuidadores? Na direção de compreender as relações entre homossexualidade e parentalidade, Zambrano e colaboradores (2006), desenvolveram uma revisão bibliográfica que evidenciou que as pesquisas empíricas realizadas por diferentes autores indicaram a inexistência de diferenças em relação à habilidade para o cuidado de filhos e à capacidade parental de pessoas heterossexuais e homossexuais, bem como demonstrou não haver diferenças significativas entre o desenvolvimento de crianças criadas por famílias heterossexuais quando comparado ao daquelas de famílias homossexuais. As pesquisadoras revisaram estudos internacionais (PATTERSON, 1996; STACEY; BIBLARZ, 2001 apud ZAMBRANO et al., 2006), que afirmaram não existir diferenças entre pais/mães homossexuais e heterossexuais em relação à atenção dedicada aos filhos(as), ao tempo passado juntos ou à qualidade da relação entre eles.

O estudo de Brewaeys (1997) com mães lésbicas evidencia que os cuidados com as crianças são divididos mais igualmente. As lésbicas contam com maiores recursos psíquicos e suas parceiras mostram-se com mais disponibilidade e mais entrosadas na criação dos filhos do que os novos parceiros homens de mulheres heterossexuais.

Mucklow e Phelan (1979 apud ZAMBRANO et al., 2006) sugerem que mães lésbicas e heterossexuais podem ser mais semelhantes do que diferentes nas suas atitudes maternais e no autoconceito. O trabalho de Patterson (1996 apud ZAMBRANO et al., 2006) demonstra que, independente da orientação sexual, é melhor para o desenvolvimento da criança que ela seja criada por mais de uma pessoa.

O trabalho de Golombok, Spencer e Rutter (1983), comparando os aspectos do desenvolvimento infantil das crianças, indica não haver diferenças entre os filhos(as) de mães lésbicas ou de heterossexuais em relação à identidade de gênero e comportamento de gênero. Não há evidência de identidade de gênero discordante da designação sexual entre os filhos(as) de mães lésbicas. Bom relacionamento com os colegas foi observado em ambos os grupos. Problemas psiquiátricos entre as crianças eram incomuns em ambos os grupos, mas proporcionalmente maior no grupo de mães heterossexuais sozinhas.

Bigner e Bozet (1989) esclarecem que pais, tanto heterossexuais como homossexuais, são muito semelhantes no grau de envolvimento e grau de intimidade com os filhos. Pais gays são geralmente mais rigorosos, mas também mais responsivos e tomam mais cuidado com a socialização das crianças do que os pais heterossexuais. Sugerem que o comportamento socialmente mais adequado dos pais gays pode resultar da pressão para ser um “bom” pai, percebida mais agudamente por eles do que pelos pais heterossexuais.

Almeida (2012), em seu estudo de caso com uma família homoafetiva composta por dois homens em união estável e dois filhos adotivos, analisa os procedimentos dos adotantes no exercício da parentalidade, e ainda se esses promoveriam rupturas e instalariam outros modos de criação e socialização das crianças. Assim, foi observado pelo autor que a família homoafetiva não necessariamente desconstrói valores socialmente aceitos, não cabendo, portanto, pensá-la como uma ameaça social.

Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2013) realizam uma revisão de literatura composta por 12 artigos. Verificou-se que, apesar dos estudos terem finalidades distintas, contém duas tendências: foco nos casais homossexuais e a avaliação desses casais na função de pais e as possíveis repercussões dessa orientação sexual sobre o processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes. Uma das conclusões mais relevantes encontrada na maior parte dos estudos é a de que não existem diferenças significativas no desenvolvimento de famílias homoparentais ou heteroparentais, seja no que se refere ao desenvolvimento psicossocial dos filhos ou do desenvolvimento do desejo e da habilidade dos pais quanto à parentalidade. Ademais, conforme Telingator e Patterson (2008 apud SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013), os achados da literatura sugerem que o preconceito que, geralmente, manifesta-se fora do núcleo familiar, é o que

acarreta as dificuldades enfrentadas pelas famílias homoparentais, e não a formação homoparental em si.

Em sua pesquisa, Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013) investigaram, utilizando uma entrevista semiestruturada, a experiência de três homens que se assumem como gays e têm filhos adotivos. O objetivo do estudo foi compreender como os sujeitos que se consideram gays vivenciam o desejo pela adoção de crianças, no registro da atualidade, a partir de seus discursos. Os autores analisaram que para alcançar a parentalidade, as estratégias utilizadas pelos participantes variaram desde o enfrentamento das dificuldades, assumindo sua orientação afetivo-sexual, ao ocultamento desta a fim de atenuar conflitos na vida familiar e social.

Desta forma, percebe-se que a homoparentalidade já vem sendo estudada e percebida como uma diversidade na configuração parental, ao invés de um déficit nas práticas parentais. Mas como ainda não há tecnologia suficiente para que casais homossexuais gerem seus próprios filhos biológicos, e as técnicas de reprodução assistida tem um custo alto, a possibilidade da parentalidade por meio da adoção tem sido uma opção.

Existem diversos motivos que levam crianças ou adolescentes a serem colocadas em situação de adoção. Quando dificuldades socioeconômicas e psíquicas ou negligência familiar inviabilizam a permanência do menor na família de origem, as legislações contribuem para que este refaça laços afetivos em um novo núcleo familiar. No Brasil, tanto o Código Civil quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente regulam a adoção. Alterações na lei, associadas ao surgimento dos grupos de apoio à adoção desde a década de 1990, bem como as pesquisas que elegeram a adoção como objeto de estudo, contribuíram para promover uma mudança nos padrões do campo (ALMEIDA; COSTA, 2009; FREIRE, 2001).

Vargas (1998) declara que a adoção deve ser realizada com a finalidade de prover uma família para uma criança que não a tem, dentro de uma nova cultura da adoção. Para que essa nova família seja aprovada ou recusada como candidata à adoção, a orientação heterossexual ou homossexual não é tomada como critério. Nesta avaliação, é a dimensão afetiva que se torna um elemento de grande importância. Entretanto, devido à representação social da homossexualidade como pecado, crime ou doença (LOMANDO; WAGNER, 2009), estes casais foram e são extremamente questionados na sua capacidade parental.

Assim, percebe-se que as pesquisas internacionais e nacionais apontam para a homoparentalidade como uma configuração que não apresenta diferenças marcantes em relação à parentalidade em aspectos negativos à criação dos filhos(as). Mas os estudos nacionais têm se concentrado em metodologias qualitativas. Dessa forma, ainda se questiona se, ao usar um método quantitativo, existiriam diferenças nas práticas parentais entre homens gays,

mulheres lésbicas e homens e mulheres heterossexuais. Assim, o objetivo deste estudo foi comparar as práticas parentais exercidas de acordo com a orientação sexual (heterossexual ou não heterossexual) e gênero (feminino ou masculino), todos pais e mães adotivos. Com base na literatura (ALMEIDA, 2012; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; ZAMBRANO et al., 2006): levantou-se três hipóteses: (1) não haverá diferença significativa nas médias de práticas parentais comparando os quatro grupos; (2) haverá diferenças significativas nas médias de práticas parentais comparando os participantes reagrupados por gêneros (homens heterossexuais/não heterossexuais *versus* mulheres heterossexuais/não heterossexuais); e (3) não haverá diferenças significativas nas médias de práticas parentais comparando os participantes reagrupados por orientação sexual (homens e mulheres heterossexuais *versus* homens e mulheres não heterossexuais).

Método de Pesquisa

Participantes

Neste estudo quantitativo responderam ao IPP 130 pais e mães heterossexuais e não heterossexuais de filhos adotivos (24 homens gays/bissexuais, 24 mulheres lésbicas/bissexuais, 17 homens heterossexuais e 65 mulheres heterossexuais). Os(as) participantes foram convidados através da metodologia "Snowball Sampling" (BALDIN; MUNHOZ, 2011), usando inicialmente a rede social Facebook e os contatos dos pesquisadores. O IPP foi passado para uma versão *on-line* através do aplicativo Google Planilhas para facilitar tanto o acesso do participante, independentemente de sua localização, quanto à análise estatística. As autoras Benetti e Balbinotti autorizaram esta adaptação *on-line* da versão impressa. A maioria dos(as) participantes era casada (59,2%) ou estava em união estável (25,3%). A maioria dos(as) participantes residiam no Rio Grande do Sul (23,1%), Rio de Janeiro (21,5%), São Paulo (17,7%), Pernambuco (7,7%) ou no Distrito Federal (6,9%). A maioria dos(as) participantes se declarou de raça/etnia branca (65,1%), e tinha ensino superior completo (76,9%). A renda familiar se distribuiu entre 10 e 30 salários mínimos (32,3%), 6 e 10 (25,4%) e 4,5 e 6 (17,7%).

Instrumentos

O *Inventário de Práticas Parentais* (BENETTI; BALBINOTTI, 2003) visa identificar as práticas de socialização de pais de crianças em idade escolar de seis a dez anos, considerando-se as características evolutivas da faixa etária, em termos de desenvolvimento geral e de socialização. As autoras inicialmente, ao elaborarem o IPP, almejavam construir uma escala ampla, constituída por 29 itens. Esta escala foi utilizada no estudo de Grzybowski e Wagner (2010) e Leme e Marturano (2014), referentes

aos temas envolvimento parental após separação/divórcio e diferentes configurações familiares, respectivamente. O Inventário completo possui 29 itens de avaliação – frases afirmativas que devem ser respondidas numa escala tipo Lickert de cinco pontos (muito frequentemente, frequentemente, algumas vezes, raramente, nunca). Cinco domínios de envolvimento com a criança fazem parte desta escala, incluindo os aspectos de engajamento dos pais em atividades sociais (social), educativas (educação), disciplinares (disciplina), afetivas (afeto) e responsabilidade. Grybowski e Wagner (2005) avaliaram 234 pais e mães e usaram o IPP com 29 itens. As autoras encontraram um bom índice de consistência interna global através do coeficiente alfa de Cronbach = 0,90. Leme e Marturano (2014), ao usarem o IPP, avaliaram que a consistência interna apresentou índices razoáveis que variaram de 0,64 a 0,83, para quatro dos cinco domínios avaliados. As análises dos autores revelaram as qualidades psicométricas do IPP satisfatórias para a amostra avaliada em seu estudo.

Procedimentos para coleta de dados

Para comparar os quatro grupos em relação às médias do desfecho de interesse (práticas parentais), considerando uma diferença mínima de 3 pontos entre os grupos, um desvio padrão de 4,2 pontos, poder de 80% e nível de significância de 5%, foram necessários 128 indivíduos. O tamanho de amostra foi calculado no programa G* power 3.1. Em virtude da dificuldade de encontrar pais e mães adotivos gays e lésbicas no território municipal, a busca por participantes foi nacional. Somente responderam ao IPP os participantes com filhos com mais de seis anos de idade. Entretanto, pela dificuldade de se obter uma amostra quantitativa da população de pais/mães de filhos adotivos, foi indicado que os participantes que tivessem filhos maiores de dez anos pudessem responder ao IPP retrospectivamente.

Procedimentos de análise de dados

Foi realizada análise descritiva através de frequências simples(n) e relativas(%), para variáveis categóricas e, através de média e desvio padrão, para variáveis quantitativas. Para avaliar a existência de associação entre variáveis categóricas, foi utilizado o teste Qui-Quadrado. A partir do questionário, foram calculados os escores de cada um dos cinco domínios, que foram transformados em escore z. As médias dos grupos para as diferentes práticas parentais foram comparadas através de Análise de Variância (ANOVA) de dois fatores: orientação sexual – “heterossexuais” e “não heterossexuais”, agrupando gays, lésbicas e bissexuais nesse último – (fator 1), gênero (fator 2) e a interação entre orientação sexual e gênero. As comparações múltiplas foram realizadas pelo teste de Bonferroni, quando necessário. Em todas as análises, foi considerando

o nível de significância de 5%. As análises foram realizadas no programa SPSS, versão 18.0.

Procedimentos éticos

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado para leitura *on-line*, e assim que os participantes clicavam no ícone com a descrição “Li o Termo de Consentimento acima e concordo em participar da pesquisa...” o instrumento era iniciado. O TCLE continha a explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta pudesse acarretar, de acordo com a Resolução 466/12 e aprovado pelo CEP da Uniritter (parecer 1.194.931). Foi esclarecido que a pesquisa era voluntária e que mesmo depois de consentidas as participações, os indivíduos teriam o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. Foi informado que não teriam nenhuma despesa e não receberiam nenhuma remuneração. Os dados sociodemográficos possíveis de identificação foram analisados coletivamente, evitando o reconhecimento dos participantes. Os dados foram armazenados com os pesquisadores em local seguro e sigiloso.

Apresentação e discussão dos resultados

Com relação a primeira hipótese (H1), constatou-se que não houve diferenças estatisticamente significativas das práticas parentais comparando os quatro grupos (Tabela 1). Ou seja, confirmou esta primeira hipótese uma vez que não houve diferença nas práticas parentais exercidas pelos homens heterossexuais, mulheres heterossexuais, homens gays/bissexuais e mulheres lésbicas/bissexuais.

A segunda hipótese (H2), também descrita na Tabela 1, foi confirmada. Houve diferença estatisticamente significativa nas práticas parentais quando os(as) participantes foram reagrupados por gênero (homens heterossexuais/não heterossexuais *versus* mulheres heterossexuais/não heterossexuais). Em relação aos domínios, houve diferenças de médias para gênero no domínio didático ($p=0,027$) e no domínio da disciplina ($p=0,038$). As mulheres têm uma média superior aos homens tanto no domínio didático (média = 0,12 X média = -0,3, respectivamente) quanto no domínio disciplina (média = 0,18 X média = -0,22, respectivamente).

A terceira hipótese (H3) também foi confirmada (Tabela 1). Não houve diferenças significativas nas médias de práticas parentais dos(as) participantes, quando reagrupados por orientação sexual (homens e mulheres heterossexuais *versus* homens e mulheres não heterossexuais).

Tabela 1 - Associação entre os Domínios e os fatores Gênero*OS, Gênero e OS.

Domínios	Homem Gay/Bissexual (n=24)		Homem Heterossexual (n=17)		Mulher Lésbica/ Bissexual (n=24)		Mulher Heterossexual (n=65)		Valor p		
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	H1 Gênero*OS	H2 Gênero	H3 OS
Domínio Social - escore z	0,01	1,07	-0,07	0,98	-0,02	0,89	0,01	0,96	0,794	0,891	0,896
Domínio Didático - escore z	-0,10	0,99	-0,50	0,86	0,15	1,00	0,09	0,93	0,375	0,027*	0,220
Domínio Disciplina - escore z	-0,23	1,05	-0,22	0,81	0,33	0,91	0,03	0,99	0,416	0,038*	0,444
Domínio Afetivo - escore z	-0,04	0,89	-0,28	0,87	-0,27	0,98	0,11	0,88	0,084	0,656	0,687
Domínio Responsabilidade - escore z	-0,28	0,89	-0,29	0,95	-0,27	0,86	0,19	0,77	0,166	0,133	0,175

Fonte: elaboração dos autores.

Outras variáveis sociodemográficas foram informadas pelos participantes e associadas, com o intuito de explicar melhor as associações testadas anteriormente. Constatou-se que a maioria dos participantes trabalha um mínimo de 20 horas semanais (43,8% trabalham 40 horas semanais ou mais e 26,2% trabalham de 21 a 39 horas semanais), enquanto 19,2% não estavam trabalhando ou

trabalhavam eventualmente. Conforme a Tabela 2, houve uma associação entre o tempo de trabalho e orientação sexual ($p=0,015$). Verificou-se uma associação entre ser homem heterossexual e trabalhar 40 horas ou mais. Ser mulher lésbica esteve associado ao turno de 21 a 39 horas, e ser mulher heterossexual esteve associado a não estar trabalhando.

Tabela 2 - Associação entre horas de trabalho, orientação sexual e gênero ($P=0,015$ para o teste Qui-Quadrado)

Situação de Trabalho	Homem Gay/ Bissexual		Homem Heterossexual		Mulher Lésbica/ Bissexual		Mulher Heterossexual	
Não estou trabalhando.	0	0,0%	0	0,0%	3	12,5%	13	20,0%*
Trabalho eventualmente.	0	0,0%	1	5,9%	3	12,5%	5	7,7%
Trabalho até 20 horas semanais.	3	12,5%	2	11,8%	3	12,5%	6	9,2%
Trabalho de 21 a 39 horas semanais.	7	29,2%	1	5,9%	10	41,7%*	16	24,6%
Trabalho 40 horas semanais ou mais.	14	58,3%	13	76,5%*	5	20,8%	25	38,5%

Fonte: elaboração dos autores.

No geral, 95 (73,1%) participantes possuíam filhos biológicos, e 35 (26,9%) não possuíam. Existe uma associação entre possuir ou não filho biológico e os grupos estudados ($p=0,014$). O grupo de não heterossexuais

está associado a não ter filhos biológicos, enquanto o grupo heterossexual está associado a ter filhos biológicos, conforme mostra na Tabela 3.

Tabela 3 - Associação entre ter ou não filhos biológicos, orientação sexual e gênero ($P=0,014$ para o teste Qui-Quadrado)

Você possui filhos biológicos?	Homem Gay/ Bissexual		Homem Heterossexual		Mulher Lésbica/ Bissexual		Mulher Heterossexual	
Não.	21	87,5%*	11	64,7%	22	91,7%*	41	63,1%
Sim.	3	12,5%	6	35,3%*	2	8,3%	24	36,9%*

Fonte: elaboração dos autores.

Levando em consideração o conceito de identidade de gênero, ou seja, uma percepção singular de ser menino/homem, menina/mulher ou alguma alternativa ou combinação de gêneros (WORLD PROFESSIONAL ASSOCIATION FOR TRANSGENDER HEALTH, 2012), perguntamos quantos filhos estas pessoas tinham e como eles se identificavam (usamos apenas o binômio menino

ou menina). Verificou-se associação entre alguns dos grupos e quantidade de filhos(as) que se identificam como meninos ($p=0,003$) e meninas [$p<0,001$] Tabela 4]. Os homens gays/bissexuais ficaram associados a ter dois ou mais filhos meninos e não ter filhas meninas. As mulheres heterossexuais estão associadas a não ter filhos meninos.

Tabela 4 - Associação entre quantidade de filhos que se identificam como meninos ($P=0,03$) e meninas ($P<0,001$), gênero e orientação sexual

(continua)

Quantos deles são/se identificam como meninos?	Homem Gay/ Bissexual.		Homem Heterossexual		Mulher Lésbica/ Bissexual		Mulher Heterossexual	
Nenhum.	1	4,2%	6	35,3%	8	33,3%	31	47,7%*
Um.	10	41,7%	9	52,9%	12	50,0%	22	33,8%
Dois.	9	37,5%*	2	11,8%	2	8,3%	10	15,4%

(conclusão)

Quantos deles são/se identificam como meninos?	Homem Gay/Bissexual.		Homem Heterossexual		Mulher Lésbica/Bissexual		Mulher Heterossexual	
Três ou mais.	4	16,7%*	0	0,0%	2	8,3%	2	3,1%
Quantas delas são/se identificam como meninas?								
Nenhuma.	19	79,2%*	2	11,8%	7	29,2%	17	26,2%
Uma.	4	16,7%	11	64,7%	13	54,2%	38	58,5%
Duas.	0	0,0%	3	17,6%	4	16,7%	7	10,8%
Três ou mais.	1	4,2%	1	5,9%	0	0,0%	3	4,6%

Fonte: elaboração dos autores.

Inicialmente, o resultado que corrobora a não associação dos dois fatores (orientação sexual e gênero) com práticas parentais demonstra que a orientação sexual dos pais e mães não faz diferença nas práticas parentais desta amostra, confirmando a primeira e terceira hipóteses deste artigo. Destarte, verifica-se a partir dos resultados desta pesquisa que a ideia de que gays, lésbicas e bissexuais prejudicariam o cuidar de seus filhos é homofóbica, revelando apenas o preconceito sexual da relação entre a pais/mães e filhos adotivos e suas orientações não heterossexuais.

Entretanto, o resultado do segundo fator (gênero) aponta que a parentalidade das mulheres em comparação aos homens, no que diz respeito aos domínios didático e disciplina, é diferente. Nesta amostra, este resultado pode ser explicado pela associação da relação de trabalho no grupo de mulheres. As mulheres (heterossexuais e não heterossexuais) estão associadas a menos horas de trabalho do que os homens heterossexuais, o que pode gerar a elas maior tempo disponível com os filhos para educá-los (didático) e dar-lhes limites (disciplina). Apesar das mulheres não heterossexuais trabalharem de 21 a 39 horas semanais, esse regime de trabalho pode possibilitar um turno com a criança, enquanto um regime de mais de 40 horas o dificulta. Esse dado mostra que uma certa dicotomia de gênero ainda está presente, sustentando um funcionamento relacional no qual os homens continuam como provedores e as mulheres responsáveis pelo cuidado (PISCITELLI, 2009). Entretanto, nesta amostra, o fato de as mulheres exercerem mais disciplina que os homens pode tanto demonstrar uma desconstrução de características passivas vinculadas ao gênero feminino quanto um risco de uma nova polarização de gênero. Ou seja, uma possível realidade na qual, ao invés de termos uma equidade de gênero entre homens e mulheres, temos uma transformação destes papéis. Já as mulheres lésbicas e bissexuais parecem conseguir reverter melhor esta lógica rígida de gênero, unindo trabalho e parentalidade. Além disso, analisando mais profundamente, nota-se que o fator que pode ter feito esta diferença na média é o

tempo despendido com a criança, e não necessariamente o sexo do cuidador. Se os homens heterossexuais trabalhassem menos, estas médias teriam ainda a mesma diferença? Estes resultados apontam para uma desconstrução de uma causalidade linear entre gênero e parentalidade, e mais a uma circularidade recursiva entre tempo e práticas despendidas, atualmente associadas ao conceito gênero.

Ao mesmo tempo, percebe-se que não houve diferença de gênero nos domínios afetivo e social, aspectos culturalmente relacionados ao gênero feminino (PISCITELLI, 2009). Isto demonstra que os pais da amostra estão conseguindo reverter as lógicas de gênero associadas ao masculino, podendo ser tão carinhosos e participativos socialmente nas suas horas livres com seus filhos adotivos quanto as mulheres. Isto já foi demonstrado em adoções tardias, nas quais os homens podem tender a ter relações mais íntimas e afetivas (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007).

O fato do grupo de não heterossexuais estar associado a não ter filhos biológicos demonstra que estes pais/mães estão optando pela adoção como forma de exercer a parentalidade. Já o fato de o grupo de heterossexuais estarem associados a terem filhos biológicos pode ser explicado pela preocupação com o abandono, altruísmo, maturidade emocional e valores religiosos relacionados à condição de vida destas crianças (EBRAHIM, 2001).

Em relação ao gênero dos filhos adotivos e ambos fatores dos participantes, os homens gays estão associados a terem filhos meninos e não terem filhas meninas, ao passo que as mulheres heterossexuais estão associadas a não terem filhos meninos. Tendo em vista estes resultados, podemos inferir que os homens heterossexuais e as mulheres lésbicas/bissexuais não colocam o gênero da criança como requisito para adoção. Já no caso dos homens gays/bissexuais e das mulheres heterossexuais, pode ser que suas identidades de gênero como homem ou mulher impliquem na escolha do gênero dos filhos.

Considerações Finais

Uma vez que o preconceito contra pessoas LGBT ainda é grande e disserta sobre a capacidade de gays, lésbicas e bissexuais de criarem filhos, o objetivo deste estudo foi comparar os escores das práticas parentais entre homens gays, mulheres lésbicas e homens e mulheres heterossexuais que exercem a parentalidade por meio da adoção. Quatro grupos declaradamente pais e mães adotivos fizeram parte deste estudo e responderam ao IPP.

Os resultados demonstraram não haver diferenças de médias para a interação dos dois fatores gênero e orientação sexual, quando os quatro grupos foram comparados. Também não houve diferença quando comparados somente a partir do fator orientação sexual. Todavia, houve algumas diferenças entre os participantes, quando separados por gênero (homens x mulheres), independente da orientação sexual. Através da análise dos domínios do instrumento, verificou-se que as mulheres tiveram uma média superior aos homens tanto no domínio didático quanto na disciplina. Para esta amostra, apesar do gênero ainda marcar uma diferença na parentalidade, a orientação sexual dos pais e mães não se associou às práticas parentais. Portanto, apesar do gênero ainda marcar uma diferença nas práticas de cuidado com filhos(as), a orientação sexual dos pais e mães não se associou a isto.

Nesta pesquisa, não se investigou o uso de tecnologias de reprodução, o que poderia dar indícios sobre as motivações da adoção e a relação com a orientação sexual. Da mesma forma, apesar do alcance suficiente para o cálculo amostral, o número ainda pequeno de participantes, um número mais alto de mulheres heterossexuais e perfil majoritário de pessoas brancas, de classe média e ensino superior nos faz problematizar e limitar a generalização destes dados. Sugere-se que sejam feitos estudos que tenham o objetivo de investigar qualitativamente estes aspectos, especialmente com grande variabilidade de raça/etnia, classe e escolaridade, para ampliarmos o conhecimento sobre as práticas parentais e adoção.

Referências

- ALMEIDA, Maria Juliana Andrade; COSTA, Ninam Rosa do Amaral. Desafios da adoção na atualidade. *Revista Investigação*, Franca, v. 9, n. 1, p. 81-90, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/41/13>
- ALMEIDA, Maurício Ribeiro de. *Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo*: um estudo de caso. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde22082012-113812/>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERÍSSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENÇO, Gilclécia Oliveira. Adoption of children by gay people. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 631-641. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/17.pdf>
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011. Curitiba. *Anais [...]* Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.
- BEE, Helen. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997.
- BENETTI, Silvia Pereira da Cruz; BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide. Elaboração e estudo de propriedades psicométricas do Inventário de Práticas Parentais. *Psico-USF*, Itatiba, v. 8, n. 2, p. 103-113, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712003000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jun. 2015.
- BIGNER, Jerry J.; BOZETT, Frederick W. Parenting by gay fathers. *Marriage & Family Review*, Binghamton, N.Y., v. 14, n. 3-4, p. 155-175, 1989.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 17 abr. 2015.
- BREWAEYS, A. Lesbian motherhood: the impact on child development and family functioning. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynaecology*, v. 18, n. 1, p. 1-16, 1997. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/01674829709085563>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.

Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 425-434, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 73-80, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>

FREIRE, Fernando (org). *Abandono e adoção III*. Curitiba: Vicentina, 2001.

GOLOMBOK, Susan; SPENCER, Ann; RUTTER, Michael. Children in lesbian and single-parent households: psychosexual and psychiatric appraisal. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, v. 24, n. 4, p. 551-572, Oct. 1983. Disponível em: <https://acamh.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1469-7610.1983.tb00132.x>

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez; WAGNER, Adriana. O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 289-298, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000200011. Acesso em: 13 jul. 2019.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. Adoção por casais homossexuais. *Revista brasileira de direito da família*, Belo Horizonte, n. 30, p. 124-159, jun./jul. 2005.

LEME, Vanessa Barbosa Romera; MARTURANO, Edna Maria. Preditores de comportamentos e competência acadêmica de crianças de famílias nucleares, monoparentais e recasadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 153-162, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722014000100017&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 29 abr. 2015.

LOMANDO, Eduardo; WAGNER, Adriana. Reflexões sobre Termos e Conceitos das Relações entre Pessoas do Mesmo Sexo. *Revista Sociais e Humanas*, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 113-123, abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1184>” <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1184>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MADLENER, Francis; DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, Niterói, v. 19, n. 1, p. 49-60, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100004&nrm=iso&lng=pt. Acesso em: 03 jun. 2015.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: (org.). ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009.

SANTOS, Yurín Garcêz de Souza; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300017. Acesso em: 18 maio 2015.

SOUZA, Carmen; BENETTI, Silvia. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 1, n. 2, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1983-34822008000200002. Acesso em: 28 abr. 2015.

WORLD PROFESSIONAL ASSOCIATION FOR TRANSGENDER HEALTH. *Normas de atenção a saúde da população trans e com variabilidade de gênero*. 7. ed. [Illinois]: WPATH, 2012.

ZAMBRANO, Elizabeth et al. *O direito à homoparentalidade*. Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Vênus, 2006.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123-147, dez. 2006.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 03 jun. 2015.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200010&script=sci_abstract. Acesso em: 28 abr. 2015.